

AO JUÍZO DA **Xª VARA CÍVEL, DE FAMÍLIA E DE**
ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE **XXXXXXX**

DISTRIBUÍDA POR DEPENDÊNCIA - PROCESSO FÍSICO **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

FULANO DE TAL, brasileiro, divorciado, professor de inglês, portador do RG nº **XXXXXXX** SSP/DF, inscrito no CPF **XXXXXXX**, filho de fulano de tal e fulano de tal residente e domiciliado em QR xxx, Conjunto “xx”, Lote xx, DF, CEP **xxxxxxx**, telefone **xxxxxxx**, [@gmail.com](#), **FULANA DE TAL**, brasileira, solteira, atendente de loja, RG nº **XXXXXXXXXX** SSP/DF, inscrita no CPF nº **XXXXXXX**, filha de fulana de tal e fulana de tal, residente e domiciliada QR xxx, Conjunto “x”, Lote xx, /DF, CEP **xxxxxxx**, telefone **xxxxxxx**, [@gmail.com](#), e **FULANA DE TAL**, brasileira, casada, do lar, RG nº **xxxxxxx**, CPF nº **xxxxxxx**, filha de fulana de tal e fulana de tal residente e domiciliada na Quadra xx, Rua xx, casa xx, /GO, CEP **xxxxxxx**, telefone **xxxxxxx**, vem por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO xxxxxx**, por ser economicamente hipossuficientes, propor

PETIÇÃO DE HERANÇA DE FAZER
COM PEDIDO DE LIMINAR

em desfavor do **FULANA DE TAL**, brasileira, **o estado civil para os autores é divorciada desde XX de mês de xxxx**, portadora do RG xxxxxxxx SSP/DF e do CPF nº xxxxxxxxxx, filha de fulana de tal e fulano de tal, residente e domiciliada na Rua, nº xx, , /CE, CEP xxxxxxxx, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

I. Dos Fatos

Fulana de tal, nasceu em /CE, casou-se pela primeira vez em xxxx, com fulana de tal (**nome de solteira após o divórcio**) e se separou de fato em pouco tempo, ou seja, conviveu por apenas um ano e meio com a requerida. (primeira certidão de casamento). Após algum tempo foi para o Estado de xxxx, trabalhando em diversos municípios, um deles xxxxxx.

Fulana de tal, nascida em xxxx, genitora dos autores, iniciou uma convivência pública e notória com o falecido em xxxx até a data do óbito, e da relação adveio os três autores.

Em mês de xxxx, na cidade de xxxxxx, o Sr. fulana conheceu o Sr. Fulana de tal. No mesmo mês passaram a viver maritalmente. **Dessa união nasceram os autores**, fulana (xx/xx/xxxx), fulana (xx/xx/xxxx) e fulana (xx/xx/xxxx). A genitora concebeu sua última filha em xxxxxx, pois na cidade havia disponível o processo anticonceptivo de laqueadura. Em todas as certidões em anexo. Nas três certidões a declarante foi a genitora.

A família mudou-se de estado de XXX para XXX, área do XXXXX. Mudaram-se mais algumas vezes. Por fim, desde xxxx, aproximadamente, receberam **por doação do GDF o imóvel que**

foi inventariado, e lá continuaram a viver em união estável no imóvel localizado na QR xxx, Conjunto “x”, Casa xx, (xxxxxxxxxx)/XX, contemplado por programa habitacional na época até a data do óbito de fulana.

Em xxxx o Sr. fulano moveu Ação de Divórcio contra fulano de tal, processo nº xxxxxxxxxxxx. Na ocasião foi reconhecida a separação de fato por mais de xx anos e gizou-se que não havia bens a inventariar. O MM. Juiz julgou **procedente o pedido do Sr. fulano, decretando o rompimento do vínculo formal por sentença em xx de mês de xxxx, com as respectivas averbações na certidão de casamento.**

Porém, fulano, faleceu em xx de mês de xxxx, e deixou em união estável a Sra. **Fulana de tal** convivência por mais de x anos. Contudo, por lapso, o Sr. fulano, apesar de reconhecer os autores como filhos e conviver com sua nova família, não os registrou na época correta.

Após dois anos do falecimento, o autor fulano ajuizou sua ação de investigação de paternidade post mortem processo nº xxxxxxxxxxxxxxxx, 1ª Vara de Família de XXXXX, e as autoras fulana e fulana em xx/xx/xxxx, processo nº xxxxxxxxxxxx, Xª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de XXX que foram providas, sendo todos os autores declarados filhos do falecido, conforme documentos em anexo, originando-se os novos registros de nascimento com o nome do falecido.

Outro ponto de extrema importância para o completo entendimento da presente demanda, e para atestar que a requerida agiu de forma ilegal, é a correta informação na certidão de óbito original do falecido, onde **constava a observação** que o de cujus deixou bens a inventariar e deixa claro que **era separado judicialmente da requerida fulana de tal, o que é verdade**. Também **constava que vivia maritalmente com fulana de tal**.

Ocorre que fulana, ex-esposa do falecido e autor da herança, mesmo já divorciada, ficou sabendo da morte de seu ex-marido. **Sabendo que na certidão de óbito constava que o Sr. fulano era divorciado dela, agiu dolosamente e moveu Ação de Retificação Óbito** (Processo nº xxxxxxxxxxxx). Naquela ação de retificação de óbito, a requerida omitiu deliberadamente ao Juízo da Vara de Registro do XX a existência do processo de divórcio, nº xxxxxxxxxxxx, que foi movida pelo Sr. fulana ainda em vida e assim, houve julgamento procedente do pedido com mudança do estado civil, conduzindo o Juízo de Registro a deferir a alteração dos dados da certidão de óbito do falecido fulana, para constar que o falecido **era casado com a requerida e também fazendo a retirada da informação de convivência marital com a genitora dos autores**.

Destaca-se que a certidão de casamento do falecido fulana e fulana já possuía a averbação do divórcio, conforme mandado

expedido em xx de mês de xxxx, via ofício nº xx, da Sexta Vara de Família de XXXX, bem como outros ofícios expedidos.

Após a nova confecção da certidão de óbito, a requerida constando como casada e omitindo a existência dos filhos já reconhecidos, absurdamente e ao arrepio da lei, conhecendo a existência dos filhos do falecido, deflagrou processo de inventário de nº xxxxxxxxx-x, Xª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de, qualificando-se como única herdeira e fulana para fins de adjudicação do imóvel que não lhe pertencia e que sequer adquiriu dentro do pequeno lapso de casamento com o falecido.

Ao apresentar as primeiras declarações em petição protocolada em xx/xx/xxxx, de forma dolosa e com nítido intuito de prejudicar os autores quanto ao bem herdado via sucessão legítima e com qualidade de herdeiros necessários, arrolou a informação que era fulana, **que o casal não possui filhos e não há filhos naturais fora do casamento**, fato que era de conhecimento da requerida que o falecido deixou filhos, ou seja, a requerida era sabedora e tinha pleno conhecimento da existência dos autores e que eles estavam há muito com suas ações de investigação de paternidade ajuizadas, inclusive as autoras fulana de tal e fulana já tinham declaração judicial por sentença desde xx/xx/xxxx.

Assim, a requerida em busca de causar os prejuízos a prole do falecido, adjudicou 50% do imóvel localizado na matrícula xxxxx

do Xº Ofício de Imóveis do X, descrito como Lote xx, Conjunto x, Quadra xxxx, /X, pois segundo a requerida, como se apresentava como casada, a outra metade, segundo a ré, era de direito da própria.

Vale destacar que o imóvel foi doado ao falecido em época que não mais convivia com a requerida, sendo até mesmo convocado em xx/xx/xxxx, conforme documentos da extinta SHIS do GDF. Também os autores ajuizarão ação de anulação de processo administrativo de doação na Vara da Fazenda Pública para anular a doação e registro feito em nome da requerida, pois conforme matrícula imobiliária, a requerida conseguiu criar de algum modo junto a TERRACAP os argumentos para receber a escritura como donatária exclusiva, sendo que um dos documentos que usou foi a certidão de óbito alterada quanto ao estado civil do falecido.

Com as omissões dolosas da requerida, o inventário foi sentenciado em xx/xx/xxxx e com trânsito em julgado em xx de mês de xxxx, adjudicando a integralidade do bem em favor da requerida, há evidente lesão a cota parte dos herdeiros

Com o deferimento na sentença do inventário quanto aos supostos 50% da meação e os 50% como herdeira única, a requerida passou a regularizar o imóvel e vinha tentando vender a terceiros. Em xx/xx/xxxx formalizou escritura de compra a venda com terceiro, fulana de tal, que segundo os autores, também sabia dos fatos

temerários em relação à venda do imóvel. Tanto sabiam que por volta de 10 anos vem tentando junto com a ré retirar a família do Sr. fulana do imóvel.

O comprador moveu Ação Reivindicatória nº xxxxxxxxx, Xª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de XXXX, contra **fulana de tal, genitora dos autores, ainda não reconhecida judicialmente como companheira do falecido fulano.**

Os autores e sua genitora, quando da citação, foram surpreendidos com a ação retromencionada. A partir de tal momento tomaram pleno conhecimento de toda a situação envolvendo a dolosa retificação de óbito, a omissão de herdeiros necessários junto ao inventário aberto e compra e venda por parte da requerida, a qual também será alvo de ação de nulidade, pois os herdeiros lesados não autorizaram a venda de patrimônio que lhes pertence.

Após a contestação da genitora dos autores, documento incluso, e anexação de documentos, e com fortes indícios de ilegalidades praticadas pela requerida, o MM. Juiz da Xª Vara Cível de cidade determinou que se procedesse ao ajuizamento das questões prejudiciais, observou que há condições e provas de fatos praticados pela requerida e por terceiros, ainda não conhecidos, e suspendeu pelo prazo de 90 para os interessados, herdeiros e fulana demandarem judicialmente seus pleitos pelas vias judiciais adequadas.

Diante de tais fatos os autores lesados no inventário aberto e venda judicial pela requerida vêm propor a presente Petição de Herança.

II. Do Direito

2.1. DA LEGITIMIDADE

Conforme já relatado nos fatos e provado pelas sentenças do processo nº xxxxxxxxxxxx e do processo nº xxxxxxxxxxxx, assim como nas certidões em anexo – fulana de tal e fulana de tal e fulana de tal são de fato os únicos herdeiros.

Na qualidade de herdeiros, tem a legitimidade para o processo de inventário de **fulana de tal**. Como já relatado, o processo que levou a adjudicação do imóvel do falecido à requerida foi aberto **por quem não possuía nenhuma condição legal como meeira e como herdeira** pelos meios já apontados, ou seja, houve alteração da certidão de óbito original, onde era público e notório que a requerida já era divorciada do falecido, ao passo que em processo de retificação de registro de óbito, a requerida se colocou novamente como casada e ocultou a existência dos autores como herdeiros necessários, e retirou a Sra. Fulana de tal como companheira, o que acaba por gerar grave e insanável nulidade no processo de inventário de nº xxxxxxxxxxxxxxxx.

Cabe esclarecer que o fato gerador da herança, o falecimento do Sr. Fulana tenha sido em mês de xxxx, a ação que abriu o inventário foi protocolada em xxxx, com trânsito em julgado em xx de mês de xxxx, **por quem jamais possuía qualquer legitimidade para tanto.** Pode ser até aventado eventual prescrição da petição de herança, mas esta, no presente caso, não pode ser arguida pela requerida ou por terceiros, **haja vista que como divórcio ajuizado pelo falecido, a ré nunca poderia ter aberto o processo sucessório. E repita-se, sem a alteração do óbito para se fazer constar que a requerida era casada, jamais o inventário ajuizado pela requerida obteria sucesso. É nulo de pleno direito.**

Feita a ressalva acima, o art. 1.824, do CC/02 autoriza “o herdeiro demandar o reconhecimento de seu direito sucessório, para obter a restituição de sua herança, ou parte dela, contra quem, na qualidade de herdeiro, ou mesmo sem título, a possuía.” Logo, os autores tem legitimidade passiva para tanto¹.

Com o falecimento do genitor, o domínio e a posse da herança se transmite, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Uma vez que os autores são reconhecidos legitimamente como filhos do Sr. XXXX logo são seus herdeiros, ao contrário da requerida que só conseguiu tal qualidade com a

¹ Ainda que fosse aplicado o Código Civil de 2016, por força do Art. 363 os autores ainda teriam legitimidade ativa para o feito.

alteração da certidão de óbito do falecido ao arrepio do processo de divórcio e da existência dos herdeiros necessários. Conforme art. 1572 do CC/02:

“Art. 1.572 Aberta a sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.”

Cabe ressaltar que os herdeiros em nenhum momento renunciaram à sua herança por escrito no inventário aberto pela requerida. Tal exigência formal é a preceituada no art. 1.581 do CC/02. Portanto, é nula a sentença que não toma conhecimento dos herdeiros e ainda quando não tem em processo qualquer renúncia expressa dos **mesmos e, por fim, é nulo o próprio processo de inventário que defere a transmissão hereditária de bem imóvel para quem não é herdeiro legítimo ou testamentário.**

Os requerentes são filhos legítimos **fulana de tal**, portanto além de herdeiros legítimos são herdeiros necessários, essa qualidade corroborada pelo art. 1.845, do CC/02;

Art. 1.845. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.

Há também em prol dos herdeiros, no presente caso, o benefício do artigo 169, do Código Civil, pois é evidente que a abertura do inventário é nula e a adjudicação do bem imóvel à

requerida é nula de pleno direito, pois como já repetido várias vezes, com o divórcio decretado em vida do falecido, a aquisição do bem imóvel sem a presença da requerida, a omissão deliberada de seu real estado civil para alterar o óbito, bem como a omissão da existência dos herdeiros quando da retificação do óbito, causaram ao inventário nulidade absoluta que não se convalida pelo tempo.

Art. 169. O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

2.2 DO ÚNICO BEM INVENTARIADO

O Sr. **Fulana de tal adquiriu com a companheira Maria Lucineide e** morava com sua família no imóvel localizado na QR xxx, Conjunto “x”, Casa xx, (Norte)/xxxx, e aguardava a oportunidade de poder regularizar o seu imóvel junto a CODHAB. Sobrevindo a fatalidade não teve a oportunidade.

Contudo, cabe ressaltar que era o legítimo possuidor do bem e de fato era seu proprietário. Após seu falecimento os requerentes estão na posse do imóvel de seu pai desde o seu falecimento em conjunto com a real companheira e meeira, Sra. fulana, logo, são eles os legítimos possuidores e co-proprietários.

III - DOS PEDIDOS

Pelo exposto, **REQUER:**

- a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, com fulcro no art. 4º da Lei nº 1060/50, uma vez que os autores não possuem condições financeiras para custear o processo, conforme declarações de hipossuficiências anexas com os comprovantes bancários e contracheque;
- b) seja distribuído por dependência aos autos xxxxxxxxx, 2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria/DF;
- c) seja oficiado ao Juízo da xª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de xxxxxx, comunicando-se o presente ajuizamento nos autos de nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;
- d) **EM CARÁTER CAUTELAR**, com fundamento nos arts. 300 e seguintes do CPC, seja concedida tutela de evidência para bloquear a matrícula do imóvel inventariado e discutido nesta ação até decisão final no feito com trânsito em julgado, sendo intimado o cartório de registro de imóveis **para que registre o bloqueio do bem e registro da presente ação;**
- e) a citação da ré para comparecer em audiência de conciliação, e em caso de não existir acordo, oferecer contestação;
- f) pelo mérito, os autores requerem a declaração de nulidade total da partilha/adjudicação emitida nos autos nº xxxxxxxxx que tramitou na xª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de /x, reconhecendo-se que houve nulidade absoluta e lesão aos

autores em sua cota parte do imóvel inventariado e adjudicado pela requerida;

- g) condenação da ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal - PROJUR (artigo 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital n.º 744, de 04 de dezembro de 2007), que deverão ser recolhidos junto ao Banco de Brasília, Agência 100, Conta 013251-7, PRODEF.

Protesta por provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, notadamente pelo testemunhal e pelo documental.

Dá-se à causa o valor de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxx) valor do bem para fins fiscais.

Nestes termos, pedem deferimento.

Fulano de tal

Fulana de tal

Fulano de tal

Fulano de tal

Fulana de tal

OAB/DF
Colaborador - Mat.

TESTEMUNHAS:

1 - fulano de tal QBR xx, Bloco x, Ap. xx - Residencial X, CEP:
xxxxxxxxxxx

2 - fulana de tal, QR xxx, Conjunto x, casa xx - X, CEP
xxxxxxxxxxxxxxxx

3 - fulana de tal, QR xxx, Conjunto x, casa xx, /X, CEP xxxxxxxxxxxx.